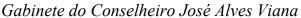


## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS





PROCESSO N.: 1.092.230 NATUREZA: DENÚNCIA

**DENUNCIANTE: ALINE MARQUES DE OLIVEIRA** 

DENUNCIADA: PREFEITURA MUNICIPAL DE TEÓFILO OTONI

REFERÊNCIA: PROCESSO LICITATÓRIO N. 061/2020 - PREGÃO

**ELETRÔNICO N. 036/2020** 

## À Secretaria da Primeira Câmara,

Tratam os autos de Denúncia apresentada pela Sra. Aline Marques de Oliveira em face de supostas irregularidades no edital referente ao Processo Licitatório n. 061/2020 — Pregão Eletrônico n. 036/2020, deflagrado pela Prefeitura Municipal de Teófilo Otoni, tendo por objeto a "contratação de empresa especializada para prestação de serviços de limpeza urbana e multitarefa, para atender as demandas do município de Teófilo Otoni".

**Determino** sejam adotados, nos autos em epígrafe, os procedimentos necessários à indisponibilização da peça n. 102 – "DESPACHO" (código 2931467), em razão de o mesmo conter erro redacional.

Em função do requerimento do Ministério Público de Contas (peça n. 101 do SGAP) e em obediência aos princípios da ampla defesa e do contraditório estabelecidos no art. 5°, inc. LV, da Constituição da República, determino a citação da empresa Mega Construtora e Serviços Eireli, por seu representante legal, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, apresente defesa e documentos que julgar pertinente acerca dos apontamentos constantes do estudo técnico (peça n. 99 do SGAP) e do parecer do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas (peça n. 101 do SGAP).

Página 1 de 2



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS Gabinete do Conselheiro José Alves Viana



O ofício expedido deverá estar instruído com a informação de que os

presentes autos são eletrônicos, podendo ser consultados e acompanhado o seu

andamento em tempo real, na Secretaria Virtual, por meio do sistema e-TCE,

disponível no portal deste Tribunal na internet (www.tce.mg.gov.br).

Cientifique-o de que a defesa deverá ser apresentada por ele próprio

ou por procurador devidamente constituído, conforme dispõe o caput do art. 164

da Resolução n. 12/2008, por meio do e-TCE, nos termos do art. 3º da

Portaria n. 46/PRES./2020, e, ainda, de que a falta de manifestação no prazo

assinalado implicará no julgamento do processo com base em seu atual estágio de

instrução.

Ato contínuo, encaminhem-se os autos à 2<sup>a</sup> Coordenadoria de

Fiscalização de Obras, Serviços de Engenharia para reexame e, em seguida, ao

Órgão Ministerial para emissão de parecer conclusivo.

Decorrido in albis o prazo, remeta-os diretamente ao Ministério

Público junto ao Tribunal.

Após, retornem os autos conclusos.

Tribunal de Contas, em 20 de outubro de 2022.

CONSELHEIRO JOSÉ ALVES VIANA Relator

Página 2 de 2